



COMUNICADO

Nomeação da Comissão Liquidatária do Novo Banco, S.A.

O Banco de Cabo Verde torna público, ao abrigo do n.º 3 do artigo 118.º da Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de abril, que o seu Conselho de Administração, na sessão ordinária de 7 de julho de 2017, pelas 19h30mn, na sequência da revogação da autorização do Novo Banco, S.A., deliberou:

- a) Nomear para integrar a Comissão Liquidatária do Novo Banco, S.A., sociedade em liquidação, com sede na Achada de Santo António, Edifício Santo António, CP – 162 A, Cidade da Praia, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 3116/2010/09/27, os seguintes Senhores:
 - i. João Carlos Tavares Fidalgo, presidente, residente na Fazenda, Cidade da Praia;
 - ii. Solange Maria da Costa Cruz Lisboa Ramos, residente em Palmarejo, Cidade da Praia;
 - iii. Benur Andrade, residente em Achada de Santo Antonio, Cidade da Praia.

- b) Fixar a residência dos administradores que compunham a administração provisória, nomeada pelo Banco de Cabo Verde, à data da decisão da revogação, quais sejam:
 - i. João Carlos Tavares Fidalgo, presidente, residente na Fazenda, Cidade da Praia;
 - ii. Solange Maria da Costa Cruz Lisboa Ramos, administradora, residente em Palmarejo, Cidade da Praia;
 - iii. Ângela Cristina Pires Lopes de Almeida Cardoso, administradora, residente em Cidadela, Palmarejo, Cidade da Praia.

- c) Determinar que a instituição de crédito é imediatamente entregue à Comissão Liquidatária com os seguintes elementos:
 - i. Relação provisória de credores, por ordem alfabética, com indicação dos montantes, data de vencimento, natureza e garantias de que beneficiem;
 - ii. Relação e identificação das ações e execuções pendentes em que a instituição de crédito seja parte;
 - iii. Indicação das atividades a que a instituição de crédito se tenha dedicado nos últimos três anos;

- iv. Relação de bens, caso haja, que a instituição de crédito detenha em regime de arrendamento, aluguer, ou locação financeira ou venda em reserva de propriedade;
- v. Documentos de prestação de contas relativos aos últimos três anos;
- vi. Mapa de pessoal, caso ainda aplicável, que a instituição de crédito tenha ao seu serviço.

O Banco de Cabo Verde,
17 de julho de 2017